RICARDO BUSANA GALVÃO BUENO

**O COMPORTAMENTO DAS PARTES NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE
DURAÇÃO**

Dissertação de Mestrado

Orientador Professor Doutor Francisco Paulo De Crescenzo Marino

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2017

RICARDO BUSANA GALVÃO BUENO

**O COMPORTAMENTO DAS PARTES NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE
DURAÇÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil (2131), sob a orientação do Professor Doutor Francisco Paulo De Crescenzo Marino.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Busana Galvão Bueno, Ricardo

O comportamento das partes na execução dos
contratos de duração / Ricardo Busana Galvão Bueno ;
orientador Francisco Paulo De Crescenzo Marino --
São Paulo, 2017.

212

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade
de São Paulo, 2017.

1. Contratos de duração. 2. Comportamento das
partes. 3. Interpretação. 4. Declaração tácita. 5.
Tutela da confiança. I. De Crescenzo Marino,
Francisco Paulo, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A entrega dessa dissertação, por inúmeras que sejam as falhas e insuficiências, e a sua defesa significam o fechamento de um ciclo razoavelmente longo na minha vida. Neste período, recebi a ajuda generosa de inúmeras pessoas e agora é chegada a hora de agradecê-las.

Em primeiro lugar, devo agradecer à minha família, que me apoiou quando tomei a decisão de começar tudo de novo, mais uma vez, em São Paulo.

Meu pai e minha mãe, porto seguro nos mares mais revoltos. Minhas irmãs, fonte inesgotável de alegria e afeto. Minha tia, que gentilmente me acolheu no meu primeiro ano aqui. Meus avós, que inspiram com suas próprias histórias. Meus primos, amizades verdadeiras e sinceras.

É importante agradecer formalmente ao meu orientador, Professor Doutor Francisco Paulo De Crescenzo Marino, que me cedeu inúmeras horas de seu tempo para longas discussões a respeito desse trabalho e me ajudou a debelar muitas dúvidas e incertezas sobre os caminhos a se tomar.

Agradeço também aos escritórios em que trabalhei durante esse período, pela compreensão com as ausências motivadas pelos compromissos acadêmicos e aos dedicados amigos que neles fiz.

Por fim, agradeço às pessoas que, ainda que não estejam mais próximas, iluminaram o caminho enquanto estiveram, apoiaram minhas decisões e cederam muitas horas de nosso convívio à concretização desse projeto.

A todos, o meu mais sincero muito obrigado.

À minha família

*A vida é a arte do encontro
Embora haja tanto desencontro pela vida
(Vinícius de Moraes & Baden Powell)*

RESUMO

Referência do documento: Ricardo Busana Galvão Bueno. O comportamento das partes na execução dos contratos de duração. 212 folhas. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Resumo: O trabalho analisa o papel do comportamento das partes realizado após a celebração de um contrato de duração sob a perspectiva da interpretação do contrato, tanto subjetiva, quanto objetiva, de algumas figuras parcelares da boa-fé objetiva referidas à tutela da confiança, nomeadamente o *nemo potest venire contra factum proprium*, a *suppressio* e a *surrectio*, bem como sob a perspectiva do comportamento concludente, tido como elemento objetivo da declaração tácita. Para isso, o trabalho analisa individualmente a categoria dos contratos de duração, a interpretação desses contratos e a forma de aproveitamento do comportamento nessa fase, a tutela da confiança, quando referida especificamente aos comportamentos porventura adotados pelas partes pós-celebração, e a declaração tácita. Em um último capítulo, procura-se delinear alguns conflitos possíveis entre as figuras e o modo pelo qual se entende possível superá-los.

Palavras-chave: Contrato de duração. Comportamento das partes. Interpretação. Declaração tácita. Tutela da confiança. *Venire contra factum proprium*. *Suppressio*. *Surrectio*.

ABSTRACT

Reference of the document: Ricardo Busana Galvão Bueno. Parties' behavior on the performance of the long-term contracts. 212 pages. Master Degree. Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

Abstract: The paper analyses the role played by the parties' behavior performed after the execution of a long term contract, as per the standpoint of the interpretation theory of the contract, whether subjective or objective, the standpoint of some partial figures of the good-faith, commonly referred to the protection of the trust, namely the *nemo potest venire contra factum proprium*, the *suppression* and the *surrectio*, as well as per the standpoint of the conclusive behavior, considered as the objective element of the implicit agreement. Therefore, the paper analyses separately the category of the long-term contracts, their interpretation and the ways one can use the parties' behavior on such phase, the protection of trust, when referred mainly to the behavior post-execution, and the implicit agreements. In a final chapter hereof, it is sought to outline some possible conflicts among the aforementioned institutes and the way through which it is possible to overcome them.

Key-words: Long-term contracts. Parties' behavior. Interpretation. Implicit agreement. Protection of trust. *Venire contra factum proprium*. *Suppressio*. *Surrectio*.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1. Delimitação do tema.....	1
2. Os contratos de duração como campo propício para o estudo da pertinência dos comportamentos das partes.....	2
3. Justificativa e importância do tema.....	3
CAPÍTULO 1 – CONTRATOS DE DURAÇÃO.....	6
1. Introdução.....	6
2. Conceito de contrato de duração.....	9
2.1. Otto von Gierke.....	9
2.2. Giorgio Oppo.....	11
2.3. Francesco Messineo.....	18
2.4. Doutrina nacional.....	20
2.5. Conceito adotado.....	23
3. Função econômica dos contratos de duração.....	26
4. A incompletude e os contratos de duração.....	29
4.1. As razões da incompletude.....	31
4.1.1. Racionalidade limitada e a falta e assimetria de informações.....	33
4.1.2. Opção deliberada pela incompletude.....	35
4.1.2.1. Custos de transação.....	36
4.1.2.2. Contratos auto-executáveis.....	39
5. Conclusões do capítulo.....	42
CAPÍTULO 2 – A INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS DE DURAÇÃO E O COMPORTAMENTO DAS PARTES.....	43
1. A interpretação.....	43
1.1. Breve introdução à interpretação.....	43
1.2. Objeto da interpretação.....	45

1.3.	Caráter dialético da interpretação.....	47
1.4.	Cânones hermenêuticos.....	48
1.5.	Ponto de relevância hermenêutica.....	52
1.6.	Caracteres especiais da interpretação jurídica dos contratos.....	55
1.7.	Tempo relevante à interpretação dos contratos.....	56
2.	O conteúdo do contrato como objetivo da interpretação contratual.....	57
3.	O procedimento da interpretação contratual.....	60
3.1.	As regras jurídicas de interpretação no direito positivado brasileiro.....	61
3.1.1.	A interpretação subjetiva – a intenção comum das partes	67
3.1.1.1.	O comportamento para a determinação da intenção comum das partes.....	71
3.1.1.2.	O esclarecimento do conteúdo contratual pelo comportamento.....	73
3.1.1.3.	O comportamento destoante do sentido literal do contrato.....	78
3.1.1.4.	Jurisprudência sobre o comportamento posterior na interpretação subjetiva.....	80
3.2.	A interpretação objetiva.....	83
3.2.1.	O comportamento na interpretação objetiva.....	86
3.2.2.	Interpretação integrativa.....	88
4.	Conclusão do capítulo.....	91
	CAPÍTULO 3 – A DECLARAÇÃO TÁCITA NOS CONTRATOS DE DURAÇÃO.....	93
1.	Introdução.....	93
2.	Declaração e forma: declaração expressa e declaração tácita.....	95
3.	O comportamento concludente.....	102
3.1.	Juízo de concludência.....	103
3.1.1.	Critérios para apuração do nexo de concludência.....	105

3.2.	Protesto.....	111
3.3.	Escolha voluntária de forma.....	115
4.	Casos usuais de comportamento concludente.....	117
4.1.	Execução da prestação.....	118
4.2.	Fatura com condições de pagamento distintas.....	122
4.3.	Apropriação da prestação.....	122
4.4.	Renúncia tácita.....	123
5.	Conclusão do capítulo.....	124
	CAPÍTULO 4 – A TUTELA DA CONFIANÇA E O COMPORTAMENTO DAS PARTES.....	130
1.	Introdução.....	130
2.	Boa-fé e integração do contrato.....	133
3.	O comportamento como elemento essencial para a aplicação das figuras de tutela da confiança no direito.....	135
4.	A proibição ao comportamento contraditório.....	137
4.1.	Formulação de um conceito.....	138
4.2.	Recondução à boa-fé objetiva e à confiança.....	140
4.3.	Fundamento legal.....	143
4.4.	Pressupostos para a aplicação.....	146
4.5.	Casos.....	150
5.	A <i>suppressio</i> e a <i>surrectio</i>	155
5.1.	Formulação dos conceitos.....	157
5.2.	Recondução à boa-fé objetiva e à confiança – relacionamento com a figura do <i>nemo potest venire contra factum proprium</i>	159
5.3.	Fundamento legal.....	160
5.4.	Pressupostos para a aplicação.....	161
5.5.	Casos.....	163
6.	Conclusão do capítulo.....	166

CAPÍTULO 5 – HIPÓTESES DE FRONTEIRA.....	168
1. Introdução.....	168
2. Interpretação objetiva e tutela da confiança.....	170
2.1. O pano de fundo: o comportamento conforme o sentido razoável e objetivo ou conforme a confiança do destinatário?.....	170
3. Declaração tácita e interpretação objetiva.....	172
3.1. O pano de fundo: novo negócio ou conteúdo implícito do negócio original?.....	173
3.2. Caso prático.....	174
4. Declaração tácita e tutela da confiança.....	177
4.1. O pano de fundo: a hipertrofia do negócio jurídico e o caráter subsidiário da tutela da confiança.....	178
4.2. Casos práticos.....	183
5. Conclusão do capítulo.....	187
CONCLUSÃO.....	189
BIBLIOGRAFIA.....	192

INTRODUÇÃO

1. Delimitação do tema

Este trabalho analisa o comportamento das partes após a celebração de um contrato de duração e a sua influência na determinação do conteúdo e dos efeitos desse contrato.

Sob essa perspectiva, o trabalho procura evidenciar como o comportamento pode ser aproveitado pelo intérprete na interpretação do contrato, para se passar do conteúdo formal ao conteúdo substancial do contrato – ou seja, como ele serve de suporte ao aplicador do direito quando este percorre o caminho do texto à regulamentação posta pelas partes (ainda que de modo implícito).

Além disso, o trabalho procura analisar o impacto que o comportamento das partes pode ter para os efeitos do contrato de duração, nomeadamente por meio das figuras referidas à tutela da confiança – como o *venire contra factum proprium*, a *suppressio* e a *surrectio*. Sabe-se que os efeitos do contrato podem ter duas origens: ou são consequências juridicamente atribuídas ao conteúdo substancial do contrato, ou são determinações legais que pressupõem um contrato para se impor. Como se verá, o comportamento posterior das partes interfere nos efeitos do contrato sobretudo através da tutela da confiança, que se revela como expediente assaz utilizado para interferir em efeitos de origem voluntária de um contrato.

Dessa forma, chega-se a duas das perspectivas pelas quais o comportamento das partes posterior à celebração de um contrato é analisado nesse trabalho: a perspectiva da interpretação dos contratos e a perspectiva da tutela da confiança.

Essas são perspectivas relevantes, mas cuja análise pode ser enriquecida pelo acréscimo de mais uma perspectiva, a saber, a perspectiva da declaração tácita.

A declaração negocial, no direito brasileiro, independe de forma especial, salvo quando expressamente exigido por lei (artigo 107 do Código Civil). Assim, ela pode se revestir de qualquer forma, inclusive formas tácitas ou implícitas. Nesse caso, fala-se costumeiramente em comportamento concludente, como o vetor material de tais declarações.

Essa perspectiva, ainda que se distancie das demais, por se referir forçosamente a um momento genético da declaração negocial, que não é central para as outras perspectivas, e implicar na própria construção ou modificação do conteúdo substancial do negócio – e não mais em sua reconstrução pelo intérprete ou a modificação dos seus efeitos pela tutela da confiança –, importa a este trabalho sob o recorte da modificação ou encerramento de relações contratuais de duração. Isto porque parece importante apontar – ou pelo menos trazer a questão à reflexão – quais processos efetivamente estão sendo utilizados pelos julgadores em um determinado caso concreto para se distanciar de um sentido óbvio (ou literal) do conteúdo formal do contrato. Como se vê, a resposta a tal questão é difícil e pode ser, no máximo, efêmera e dependente do estado atual do ordenamento jurídico brasileiro e de posições teóricas adotadas em cada uma das perspectivas parcelares mencionadas.

2. Os contratos de duração como campo propício para o estudo da pertinência dos comportamentos das partes

Para evitar os riscos da excessiva abstração do tema proposto, que poderia resultar em uma paralisia do trabalho, fez-se uma opção pelo pano de fundo dos contratos de duração. Esta opção não é arbitrária e tem razões que, acredita-se, a justificam.

Os contratos de duração possuem características próprias que potencializam a relevância dos comportamentos para os fins deste estudo. Nestes contratos ressalta-se, sobretudo, a importância atribuída pelos próprios contratantes ao tempo: neles, o tempo é internalizado e desejado pelas partes¹, o que implica forçosamente em maior incompletude e contato entre elas, por um lado, e menor previsibilidade, por outro. Essas são algumas das condições que incentivam o recurso do aplicador do direito ao comportamento das partes para a solução de casos concretos.

A incompletude dos contratos de duração se relaciona com a exigência, muito própria desta categoria contratual, do decurso do tempo para cumprir o

¹ GIERKE, Otto Von. **Dauernde Schuldverhältnisse**. Jährings Jahrbücher für die Dogmatik des bürgerlichen Rechts. Bd. 64, 2. F., Bd. 28, p. 355 a 411, 1914. Trecho citado: p. 358 e 359.

programa desejado pelas partes. É dizer, sem a característica de durarem no tempo, tais contratos não podem alcançar todos os efeitos pretendidos pelas partes². Por esta razão, leciona-se que o adimplemento nestes contratos “determina-se” por esta especial relação com o “tempo”³. Entretanto, quando se alia esta desejada projeção futura da eficácia contratual à sua incompletude e à impossibilidade de prever *ex ante* todos os possíveis cenários futuros que acometerão as partes, é possível que exista a necessidade de se recorrer a elementos extratextuais, como o comportamento, para se construir soluções a casos concretos que, de outro modo, não as teriam.

3. Justificativa e importância do tema

O tema se justifica basicamente pela sua importância para a solução jurídica de uma infinidade de casos práticos.

Assim, como o trabalho procura retratar, há diversos exemplos práticos em que uma solução jurídica foi construída com base nos comportamentos posteriores das partes, sob alguma (por vezes, sob mais de uma delas) das perspectivas refletidas nesse trabalho.

Não obstante toda a riqueza e complexidade do tema, poucas são as obras de relevo nacional que analisam as questões propostas de maneira aprofundada, fato que por si impele um estudo voltado ao aprofundamento no tema. Neste trabalho, o aprofundamento dar-se-á pela pesquisa da pertinência do comportamento das partes durante o desenvolvimento dos contratos de duração, num processo de reconstrução do sentido das declarações contratuais, de integração de sua eficácia com base, sobretudo, em cláusulas gerais, e da modificação ou encerramento das declarações originárias do negócio, por meio de outras declarações (dessa feita, tácitas).

Por fim, nunca é demais lembrar que a busca da superação das posições exegéticas, de todo legítima, no Brasil acabou tendo o efeito colateral de fazer surgir algum grau de ‘voluntarismo’ judicial (“decisionismo”), que, algumas vezes,

² Neste sentido LORENZETTI, Ricardo Luis. **Tratado de los contratos** – parte general. 2. edición ampliada y actualizada. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni Editores, 2010, p. 751.

³ OPPO, Giorgio. **I contratti di durata**. In: _____. **Obbligazioni e negozio giuridico**. Scritti giuridici III. Padova: CEDAM, 1992, p. 240.

despreza (sem que este desprezo tenha respaldo nas normas legais pertinentes, como por exemplo, naquelas de invalidação do negócio jurídico) conteúdos mínimos do contrato para sair à caça de uma justiça do ‘caso concreto’ (que não passa, em alguns casos, de ato de vontade do juiz). Neste sentido, STRECK ensina que “nas diversas tentativas de superar o positivismo primitivo (nas suas variadas tradições ‘nacionais’), construíram-se teses voluntaristas-axiologistas, passando da ‘razão’ para a ‘vontade’”.⁴ Neste cenário, teriam surgido “o movimento do direito livre, na França, o realismo norte-americano e escandinavo, no direito do common law, e a Jurisprudência dos Interesses, na Alemanha”⁵. Estes movimentos, ainda que tenham tido seu advento nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX, continuam a influenciar “difusamente, ainda hoje no âmbito do pensamento jurídico brasileiro”⁶. A esta influência STRECK liga pensamentos que “afirmam, equivocadamente, que o juiz não pode mais ficar inerte e simplesmente ‘reproduzir’ (sic) o discurso legislativo, e que ele deve valorar as circunstâncias do caso de modo a encontrar a ‘melhor solução’ com base na ponderação dos princípios colidentes”⁷.

Ainda que o foco de STRECK esteja na interpretação constitucional⁸, não é possível negar que este cenário impacta também na aplicação do direito privado. Este trabalho, portanto, ainda que não tenha como projeto debater ou desconstruir o voluntarismo (nem afastar a “irredutível margem de livre apreciação por parte do juiz”, de que nos fala LARENZ⁹) que está na base da substituição da vontade das partes, assim como declarada, pela vontade dos juízes, procura evitar esse processo e reforçar critérios e procedimentos que, a ver da doutrina, evitam a arbitrariedade. Deste modo, procura-se não se afastar do ensinamento de CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, para quem “a interpretação correta será aquela que o direito impõe, sem necessidade de apelar à justiça, que, se distinta da aplicação adequada dos cânones, pode ser um atalho para a insegurança e arbitrariedade”¹⁰.

⁴ STRECK, Lênio. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise**: Uma exploração hermenêutica da construção do Direito. 11ª Ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014, p. 130.

⁵ STRECK, *op. cit.*, 2014, p. 131.

⁶ STRECK, *op. cit.*, 2014, p. 132.

⁷ STRECK, *op. cit.*, 2014, p. 132.

⁸ STRECK, *op. cit.*, 2014, p. 133.

⁹ LARENZ, **Metodologia da Ciência do Direito**. 6ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012, p. 413 a 419.

¹⁰ ALMEIDA, Carlos Ferreira de. **Contratos IV**. Funções. Circunstâncias. Interpretação. Coimbra: Almedina, 2014, p. 244.

Ou seja, o estudo, ainda que secundariamente, também se justifica pelo intuito de abalizar a interpretação sensata e prudente que utiliza o comportamento das partes segundo critérios bem estruturados pela doutrina e de refuta decisionismos e voluntarismos, que utilizam o comportamento apenas como argumento legitimador e vazio de decisões que não possuem qualquer outro valor que a vontade do julgador da vez.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou analisar o comportamento das partes após a celebração de um contrato de duração, para, sob este tema, debruçar-se sob três diferentes perspectivas, a saber, a da interpretação, a da tutela da confiança e a da declaração tácita.

Por essa razão, optou-se por uma divisão de capítulos que privilegiasse a análise aprofundada e isolada de cada uma das perspectivas propostas, além de um capítulo próprio aos contratos de duração, para então, em um capítulo conclusivo, procurar correlacionar as conclusões parcelares obtidas a cada fase da pesquisa.

Após essa jornada, a primeira conclusão a que se chega é a de que o papel do comportamento das partes posterior à celebração do contrato não pode ser menosprezado em inúmeros casos que envolvam disputas em torno do sentido de uma disposição contratual, de sua vigência ou mesmo dos efeitos que dela emanam. Pela própria conformação dos contratos de duração, que aliam à incompletude o perdurar no tempo, que cambia as condições objetivas e as expectativas sob as quais as partes pactuaram o contrato, poucas vezes o recurso ao conteúdo expresso do contrato e à sua interpretação literal serão suficientes para obter uma solução satisfatória – do ponto de vista jurídico – para um problema real.

Desta forma, viu-se que o comportamento compõe os elementos extratextuais que serão considerados pelo intérprete para obter a real intenção consubstanciada nas declarações de vontade, afastando-se do sentido literal do texto, se for necessário, como preconiza o artigo 112 do Código Civil. Esse afastar-se do texto pode ser tão radical que crie mesmo um empecilho à determinação, pelo intérprete, da real intenção comum das partes. Nesse caso, o comportamento será o vetor que forçará a abertura de uma nova fase da interpretação, conhecida como interpretação objetiva.

Nessa interpretação objetiva, o comportamento será considerado para a análise das expectativas razoáveis que a contraparte pode ter com relação ao

sentido de uma declaração de vontade, o que atende a regra do artigo 113 do Código Civil.

Por outro lado, o comportamento que contenha em si certo sentido negocial, ou a incompatibilidade clara com dado sentido, pode ser considerado como compondo uma declaração tácita, desde que dele se possa inferir um juízo de concludência. Nessas hipóteses, uma determinada regra contratual pode ter sido alterada, tacitamente, pelas partes. Por isso, o intérprete precisa investigar esse comportamento, antes de adotar uma posição firme a respeito de determinado conflito contratual, para evitar a aplicação de uma regra que foi alterada ou revogada pelas partes.

Por fim, pode ser que a interpretação do texto contratual tenha sido levada a cabo de maneira satisfatória, que não se identifiquem comportamentos modificativos ou extintivos de posições jurídicas, mas que existam comportamentos que, tendo insuflado confiança razoável na outra parte, não possam mais ser contraditados, ainda que destoem, frontalmente, do conteúdo e dos efeitos do contrato desenhados pelas partes. Nessas hipóteses, o intérprete deve privilegiar a confiança construída a partir do comportamento e o investimento da parte confiante, em detrimento do regramento dado pela autonomia privada. Mais uma vez, o comportamento se coloca como essencial para a determinação da solução do caso concreto.

O trabalho procurou descrever de maneira clara cada uma das figuras acima, para procurar auxiliar na atividade de distinguir a sua aplicação em um determinado caso concreto. Essa tarefa é com certeza a mais complexa e procurou-se contribuir, ainda que de maneira incipiente, com ela no quinto capítulo do trabalho. Quer parecer que o intérprete não deve procurar atalhos em sua atividade: diante da complexa relação entre interpretação, a função mitigadora da boa-fé objetiva e a declaração tácita que se mostrou acima, o intérprete não deve adotar qualquer posição prévia que seja imutável, mas sim proceder à uma ampla investigação dos pressupostos de cada figura no caso concreto, lembrando sempre que qualquer análise contratual deve principiar sempre pela interpretação da vontade das partes e de eventuais negócios modificativos ou extintivos existentes, ainda que tacitamente pactuados, para que possa colocar diante de si o quadro completo

desenhado pelas partes, no uso da autonomia que lhes foi garantida pela Constituição Federal e pela legislação brasileiras. Desenhado esse quadro, exploradas as potencialidades de seus efeitos, a análise deve, forçosamente e em respeito à cláusula geral de boa-fé objetiva, nessa sede, pelas figuras parcelares de tutela da confiança, que tampouco podem ser menosprezadas pelo intérprete.

No limite, haverá casos de conflito. A riqueza da vida em sociedade constantemente submete ao intérprete situações em que parecem se verificar os pressupostos de mais de um instituto jurídico.

Quando isso ocorrer, caberá ao aplicador do direito muita prudência e uma análise aprofundada dos âmbitos e pressupostos de cada figura para evitar que se aplique uma pela outra, prejudicando assim a certeza jurídica e a própria tutela que foi desenhada pelo legislador constitucional e infraconstitucional para cada caso. Aplicar uma figura pela outra, ainda que por vezes pareça inofensivo, por vezes leva a resultados incongruentes com o sistema jurídico e pode, inclusive, prejudicar a parte, por lhe dar menos do que ela efetivamente mereceria, que se pensa estar protegendo.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Ferreira de. **Contratos IV**. Funções. Circunstâncias. Interpretação. Coimbra: Almedina, 2014.

_____. **Texto e enunciado na teoria do negócio jurídico**. Coimbra: Livraria Almedina, 1992, v. I e II.

ALPA, Guido. **Corso di diritto contrattuale**. Padova: CEDAM, 2006.

AMARAL, Francisco. **Direito civil**: introdução. 7ª Ed. rev., mod. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Natureza jurídica do contrato de consórcio: classificação dos atos jurídicos quanto ao número de partes e quanto aos efeitos. Os contratos relacionais. A boa-fé nos contratos relacionais. Contratos de duração. Alteração das circunstâncias e onerosidade excessiva. Sinalagma e resolução contratual. Resolução parcial do contrato. Função social do contrato. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, vol. 94, n. 832, p. 115-137, fev. 2005.

_____. **Negócio jurídico**: existência, validade e eficácia. 4ª. Ed. atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406 de 10-1-2002), São Paulo: Saraiva, 2002.

BELLANTUONO, Giuseppe. **I contratti incompleti nel diritto e nell'economia**. Milano: CEDAM, 2000.

BERNSTEIN, Lisa. Opting out of the legal system: extralegal contractual relations in the diamond industry. **Journal of Legal Studies**, Chicago: The University of Chicago, vol. XXI, 1992.

BESSONE, Darcy. **Do Contrato**. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

BETTI, Emilio. **As categorias civilistas da interpretação**. In: _____. **Interpretação da lei e dos atos jurídicos**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Teoria Generale della Interpretazione**. Milano: Dott. A. Giuffrè – Editore, 1955, Tomo I, p. 304.

_____. **Teoria Geral do Negócio Jurídico**, Campinas: Servanda Editora, 2008.

_____. **Interpretação da lei e dos atos jurídicos**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Teoria geral do negócio jurídico**. Tomo I. Tradução de Fernando de Miranda. Coimbra: Coimbra Editora, 1969.

BEVILAQUA, Clovis. **Theoria geral do direito civil**. 6ª ed. atualizada por Achilles Bevilacqua. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1953.

BIANCA, C. Massimo. **Diritto Civile**. Il contratto. Vol. III, ristampa. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1987.

BURTON, Steven J. **Elements of contract interpretation**. New York: Oxford University Press, 2009.

CANARIS, Claus-Wilhelm. GRIGOLEIT. Hans Christoph. **Interpretation of Contracts**. Acesso em <http://ssrn.com/abstract=1537169>.

CARNEIRO DA FRADA, Manuel A. **Contrato e deveres de proteção**. Separata do volume XXXVIII do Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra: Editora Coimbra, 1994.

_____. **Teoria da confiança e responsabilidade civil**. Coimbra: Almedina, 2004.

CERQUETTI, Paolo. **Le regole dell'interpretazione tra forma e contenuto del contratto**. Perugia: Università degli Studi di Perugia. Monografie di Diritto e processo a cura di Antonio Palazzo. 2008.

CLERICO, Giuseppe. **Analisi economica del contratto**. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 2008.

COASE, Ronald. The nature of the firm. **Economica**, New Series, Vol. 4, No. 16. (Nov., 1937), p. 386-405.

_____. **The problem of social cost**. 1960. Disponível em: <http://www.econ.ucsb.edu/~tedb/Courses/UCSBpf/readings/coase.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2016, às 17h03.

EGGLESTON, Karen. POSNER, Eric A., ZECKHAUSER, Richard. The design and interpretation of contracts: why complexity matters. **Northwestern University Law Review**, Vol. 95, No. 1, 2000, p. 91 – 132.

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil. Contratos. Teoria Geral e Contratos em Espécie. Vol. IV. 6ª Edição revista e atualizada.** Salvador: Ed. JusPodium, 2016.

FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano.** O mundo globalizado no século XXI. 3ª atual. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva.

FORGIONI, Paula Andrea. **Teoria Geral dos Contratos Empresariais.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

_____. **Os fundamentos do antitruste.** 4ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método I.** Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 14ª ed. Petrópolis: Editora Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014.

GIERKE, Otto Von. **Dauernde Schuldverhältnisse.** Jährings Jahrbücher für die Dogmatik des bürgerlichen Rechts. Bd. 64, 2. F., Bd. 28, p. 355 a 411, 1914.

GOMES, Orlando. **Contratos.** 8ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1981.

KÖTZ, Hein. **Vertragsrecht.** 2ª Ed., Tübingen: Mohr Siebeck, 2009.

LARENZ, **Metodologia da Ciência do Direito.** 6ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

_____. **Derecho Civil**. Parte general. Editorial Revista de Derecho Privado, 1978.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**: Contratos. 1. ed., 2. tiragem, São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Tratado de los contratos**: parte general. 2. edición ampliada y actualizada. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni Editores, 2010.

MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. **Interpretação do Negócio Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS-COSTA, Judith. **A Boa-Fé no Direito Privado**. Critérios para sua aplicação. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico**. Plano da Existência. 16ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

_____. **Teoria do fato jurídico**: Plano da Eficácia. 1ª Parte. 5ª Edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

MELLO FRANCO. Vera Helena de. **Aspectos da Integração dos Contratos no Direito Comercial**. Biblioteca Pioneira de Direito Empresarial. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1979.

MENEZES CORDEIRO. António Manuel da Rocha e. **Da boa fé no direito civil**. 5ª reimpressão. Coimbra: Almedina, 2013.

MESSINEO, Francesco. **Il contratto in genere**. Tomo primo. Ristampa emendata. In: CICU, Antonio. MESSINEO, Francesco. (Org.). **Trattato di diritto civile e commerciale**. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1973.

_____. **Contratto**. In: Enciclopedia del diritto. Milano: Dott. A. Giuffrè – Editore, 1961.

MIRANDA, Custódio da Piedade Ubaldino. **Comentários ao Código Civil**: dos contratos em geral (arts. 421 a 480). JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antonio (Coord.). São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Interpretação e integração dos negócios jurídicos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989.

MOREIRA ALVES, José Carlos. **A Parte Geral do Projeto de Código Civil Brasileiro, com análise do texto aprovado pela Câmara dos Deputados**. São Paulo: Saraiva, 1986.

MOTA PINTO, Paulo Cardoso Correia. **Declaração tácita e comportamento concludente no negócio jurídico**. Coimbra: Almedina, 1995.

MUCCIOLI, Nicoletta. **Studio sul contegno concludente**. Torino: G. Giappichelli Editore, 2015.

OLIVEIRA, José Lamartine Corrêa de. **A “Verwirkung”, a renúncia tácita e o Direito brasileiro**. In: DIAS, Adahyl Lourenço. *et. al.* (Colab.). **Estudos em homenagem ao Professor Washington de Barros Monteiro**. São Paulo: Editora Saraiva, 1982.

OPPO, Giorgio. **I contratti di durata**. In: _____. **Obbligazioni e negozio giuridico**. Scritti giuridici III. Padova: CEDAM, 1992.

_____. **Profili dell'interpretazione oggettiva del negozio giuridico**. In: _____. **Obbligazioni e negozio giuridico**. Scritti giuridici III. Padova: CEDAM, 1992.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: parte especial. Direito das obrigações: extinção das dívidas e obrigações. Dação em soluto. Confusão. Remissão de dívidas. Novação. Transação. Outros modos de extinção. Rio de Janeiro: 1959, Tomo XXV.

POSNER, Eric, **Análise econômica do direito contratual após três décadas: sucesso ou fracasso?** [tradução e adaptação ao direito brasileiro: Luciano Benetti Timm, Cristiano Carvalho e Alexandre Viola]. São Paulo: Saraiva, 2010.

REALE, Miguel. **Questões de Direito Privado**. 2ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2010.

RIEZLER, Erwin. ***Venire contra factum proprium***. Studien in römischen, englischen und deutschen Zivilrecht. Leipzig, Duncker und Humblot, 1912.

ROPPO, Vincenzo. **Il contratto**. In: INDICA, Giovanni. ZATTI, Paolo (Org.). **Tratatto di diritto privato**. Milano: Giuffrè, 2001.

SACCO, Rodolfo. DE NOVA, Giorgio. **Il Contratto**. Tomo Secondo. Terza edizione. Torino: UTET, 2004.

SCHLECHTRIEM, Peter. SCHWENZER, Ingeborg. **Comentários à Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias**. Coordenação de tradução: GREBLER, Eduardo. FRADERA, Vera. PEREIRA, César Guimarães. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

SCHREIBER, Anderson. **A proibição de comportamento contraditório**: Tutela da confiança e venire contra factum proprium. 3ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Renovar.

SIMON, Herbert. A Behavioral Model of Rational Choice. **The Quarterly Journal of Economics**, Vol. 69, No. 1., pp. 99-118, (Feb., 1955). Disponível em: <http://www.math.mcgill.ca/vetta/CS764.dir/bounded.pdf>, acesso em 3 de julho de 2016, às 17h07min.

STRECK, Lênio. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise**. Uma exploração hermenêutica da construção do Direito. 11ª Ed. revista, atualizada e ampliada. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

SZTAJN, Rachel. **Direito e economia dos contratos – os conceitos fundamentais**. In: VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Direito Comercial**. Teoria Geral do Contrato. Fundamentos da Teoria Geral do Contrato. Vol. 4. 2ª Ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

_____. **Teoria Jurídica da Empresa**. 1. ed., São Paulo: Editora Atlas, 2010.

TEPEDINO, Gustavo. BARBOZA, Heloísa Helena. BODIN DE MORAES, Maria Celina. **Código Civil interpretado conforme a Constituição da República**. Volume I. Parte Geral e Obrigações (arts. 1º ao 420). 2ª Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Direito Comercial**. Teoria Geral do Contrato. Fundamentos da Teoria Geral do Contrato. Vol. 4. 2ª Ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

VICENZI, Marcelo. **Interpretação do contrato**. Ponderação de interesses e solução de conflitos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011

WIEACKER, Franz. **El principio general de la buena fe**. 2ª reimpressão. Madrid: Editorial Civitas, S.A., 1986.